

IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA E A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Joanna De Angelis Andrade Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Horrana Quetile Santos Pinto
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Suzane Tosta Souza
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente texto apresenta alguns resultados da pesquisa realizada Movimento Estudantil através do Centro Acadêmico de Geografia 2019-2020, com os discentes do Curso, durante o processo de implementação do ensino remoto emergencial (ERE) na UESB. Tendo em vista às condições precárias dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a adesão ao ensino remoto, surge a necessidade de buscar caminhos para desenvolver um diagnóstico mais específico dos estudantes do curso de Licenciatura em Geografia, uma vez que o levantamento realizado pela instituição foi mais genérico, abarcando um percentual pequeno dos matriculados e, portanto, não contemplando a realidade concreta dos discentes. O texto perpassa a atuação de duas representantes do corpo discente no período de debate e luta para alcançar as condições mínimas de direito à educação durante a pandemia.

Palavras chave: Curso de Licenciatura em Geografia; Ensino remoto emergencial; Movimento Estudantil.

Introdução

O movimento estudantil da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia no início do ano de 2020, imerso no contexto político-econômico de ataque neoliberal e conservador intensivos à classe trabalhadora, cujas práticas atingiram também ao ensino, a pesquisa e a extensão das universidades públicas brasileiras, se deparou com a pandemia da Covid-19¹. Essa doença, provocada pelo vírus Sars-Cov-2, ascende em Wuhan na China, no mês de dezembro de 2019, e se propaga pelo mundo através do contato pessoal, ou pelo ar, com pessoas infectadas que contraíram o vírus, expressando de forma sintomática ou assintomática à doença.

¹ Os coronavírus são uma grande família viral, que causam infecções respiratórias e já provocaram outras doenças, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars) e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (Mers). Em 80% dos casos, infecções por coronavírus causam doenças respiratórias leves a moderadas, semelhantes a um resfriado comum. A doença causada pelo novo coronavírus recebeu o nome de Covid-19. (<https://coronavirus.ceara.gov.br/perguntas/>)

A conjuntura pandêmica da Covid-19 surge no momento em que o Brasil se encontra desamparado – devido à intensificação da política neoliberal que prevê cortes na saúde, educação e outros, por meio da Emenda Constitucional 95/2016² e outros instrumentais de ataque aos trabalhadores e a sociedade como um todo – para combater o coronavírus que pouco se conhecia, e que se espalha rapidamente e mata por complicações da infecção. Realidade que levou o país a ser, poucos meses depois, um dos principais epicentros da doença no mundo³. Soma-se a esse cenário, a postura negacionista assumida pelo Governo Federal, incentivando práticas anticientíficas no tratamento e combate efetivo do vírus e não realização de uma política de isolamento e distanciamento social, cujos efeitos são sentidos no número crescente de mortes pelo vírus que permanece e se acentua por mais de um após os primeiros casos de contágio.

Não alheia às questões inerentes à sociedade, por meio da resolução CONSU nº 03/2020 a universidade “Estabelece medidas temporárias de prevenção em razão da propagação da doença relacionada ao novo coronavírus” e seguindo orientações reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde estabelece que “A suspensão das atividades presenciais de ensino de graduação implica a interrupção imediata do calendário acadêmico 2019.2⁴” (RESOLUÇÃO CONSU Nº 03/2020).

Frente a esta nova realidade o Movimento Estudantil encara o desafio. As mazelas estabelecidas pelo sistema capitalista se amplificam com a pandemia. Os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica da Universidade passam a viver, ainda mais, dependendo de auxílios governamentais e até mesmo de caridade a fim de conseguirem, minimamente

² A EC 95/2016, promulgada logo após o Golpe de 2016 que destituiu uma presidente legitimamente eleita e recompôs o pacto entre setores da elite brasileira e o grande capital, sob o fito de estabelecer um “novo regime fiscal” para o país, promove ataques ainda mais frontais aos trabalhadores e prevê, dentre outras coisas o congelamento de gastos em setores cruciais para a sociedade como a saúde e a educação ao longo de 20 anos. Tais medidas neoliberais têm feito sangrar esses setores, repercutindo também no desmonte do SUS e incidindo nas ações do mesmo e dos órgãos de pesquisa no próprio tratamento da pandemia. Por isso, tal emenda, ainda quando tramitava como projeto, foi considerada pelos movimentos sociais e entidades de classe como “PEC da morte”.

³ Na conclusão da escrita deste artigo, um ano após a primeira morte por Covid-19 no país, em março de 2020, o país contava com mais de 310 mil mortos pelo vírus no final de março de 2021, segundo dados divulgados pelo próprio Ministério da Saúde. Esse deu conta de evidenciar, em 26/03, o maior número de mortos em um único dia no país, passando de 3.600 mortos. No cenário internacional, as organizações mundiais de saúde apontam que o Brasil tornou-se responsável por uma a cada quatro mortes registradas por Covid-19 no mundo. Já em números absolutos, o Brasil só perde em número de mortos para os Estados Unidos, que até então já havia registrado mais de 548 mil mortes.

⁴ Em março de 2020, quando da suspensão do calendário acadêmico em decorrência da Covid-19, na UESB estava em vigência o segundo semestre de 2019, decorrente de diversas ações ocorridas anteriormente no âmbito da instituição como greves de docentes e discentes, ocupação do campus pelo movimento discente, pautas que consideramos muito justas para o funcionamento das atividades acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

frequentar e se manter no ambiente virtual de ensino. Não esquecendo também daqueles que viram familiares adoecerem e/ou trabalharem na linha de frente do enfrentamento ao vírus.

Dentro deste contexto, a UESB determina que: “acatando as deliberações adotadas pela plenária do Conselho nas reuniões realizadas em 09 de julho, 27 de agosto, 01 e 04 de setembro de 2020” e estabelece “em caráter excepcional, a adoção de atividades pedagógicas não presenciais [...], no ensino de graduação da Uesb”. (RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 22/2020).

Durante o período de debate, acerca da implementação do ensino remoto emergencial, nas plenárias do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, reuniões de colegiado e departamento do curso de Geografia, houve debate crítico, realizado por alguns docentes e representantes discentes, de como se daria o processo de implementação do ERE, em que foram levantadas as preocupações com as condições objetivas de grande parte do quadro discente em obter os recursos e equipamentos necessários para a participação no ensino remoto emergencial.

A universidade realiza por meio de formulário digital um “Questionário Diagnóstico Sobre Acessibilidade às Tecnologias Digitais na UESB” (Circular PROGRAD nº 019/2020), em 15 de junho de 2020 com prazo de resposta até 18 de junho de 2020, denominado “LEVANTAMENTO DIAGNÓSTICO SOBRE ACESSIBILIDADE ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS - DISCENTES DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DA UESB”, sendo disponibilizado em uma versão para os discentes e outra para os docentes. Tendo em vista que a medida diagnóstica levantada pela Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD não contempla a realidade dos discentes, por ter um caráter de consulta prévia e sintetizada que cobriu parte pequena do universo dos estudantes, o Diretório Central do Estudantes (DCE e os Centros Acadêmicos (CA’s) dos diversos cursos de UESB buscaram intervir e se mobilizaram a fim de produzir um formulário de consulta que se aproximasse mais da realidade, bem como, que contemplasse um universo maior dos discentes. Após a aplicação dos formulários, o movimento estudantil da universidade produz relatórios que são socializados na comunidade acadêmica por meio de e-mails e plataformas digitais de comunicação. Frente a esta realidade, o Centro Acadêmico de Geografia também sentiu a necessidade da realização de um diagnóstico próprio e mais detalhado, cujos resultados serão observados nas próximas seções do texto.

Este texto, portanto, tem como objetivo relatar o trabalho realizado pelo Movimento estudantil do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade, e sua experiência durante o período de implementação do ensino remoto emergencial na UESB.

O Movimento Estudantil e o papel do Centro Acadêmico

Trilhar o histórico do movimento estudantil no Brasil significa destacar, sobretudo, seu papel protagonista na luta pela democracia durante a ditadura militar no país (1964-1985). No entanto, por mais que o período da Ditadura Militar tenha esgarçado os problemas sociais, significou perseguições, violência, controle extremo e perda de liberdades, com intervenções severas no próprio ambiente da universidade, prisões e mortes de seu corpo de docentes e discentes.

A ação do Movimento estudantil não se restringe a esse período; é uma luta em defesa da Universidade Pública, de ampliação do acesso a classe trabalhadora a esse espaço, pela liberdade de pensamento e ação, dentre outras questões.

Se tratam de sujeitos sociais não alheios às condições que regem a sociedade capitalista em sua totalidade, e, portanto, cientes das discussões teóricas produzidas nas instituições de ensino que compõem. Tratando-se aqui do movimento estudantil do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia entende-se que “Não se pode fazer movimento estudantil em Geografia se não se faz ciência geográfica” (ANTUNES; NETO, 2008).

O movimento estudantil da universidade em questão se organiza institucionalmente através do Diretório Central dos Estudantes - DCE⁵ e dos Centros Acadêmicos de cada curso. Ambos possuem fala e votos nas respectivas instâncias deliberativas da UESB, portanto participam ativamente das práticas democráticas que compõem a instituição.

A gestão Profa. Janna Maruska do CAGeo tomou posse através do voto secreto e Universal em 28 de agosto de 2019 e finalizou sua gestão em 19 de agosto de 2020. Era composta por nove membros, todos eles regularmente matriculados no curso de graduação em Geografia da UESB. Sendo a gestão em vigor no processo de debate acerca do retorno às atividades não presenciais através do Ensino Remoto Emergencial - ERE.

Atuação do Centro Acadêmico de Geografia

⁵ Art. 1º. O Diretório Central de Estudantes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, [...] é o órgão de representação política e jurídica dos/das estudantes de graduação e pós-graduação da referida universidade. - Estatuto do Diretório Central de Estudantes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (<https://www.coursehero.com/file/24668186/Estatuto-do-DCE-UESBpdf/>)

Imersos neste contexto de amplificação das mazelas socioeconômicas, diante de mudanças efetivas na rotina dos alunos, especialmente os alunos trabalhadores, a Gestão Profa. Dra. Jana Maruska⁶ passa a reafirmar com maior ênfase a importância de compreender “a Universidade como uma instituição não separada do mundo, posto que os antagonismos sociais que nós vemos fora desse espaço estão também dentro dele” (ANTUNES; NETO, 2008).

Reconhecendo a importância do movimento estudantil neste momento de crise, as atividades desenvolvidas pelo CAGeo 2019-2020, após a interrupção das aulas presenciais, passaram a ser realizadas exclusivamente através de plataformas digitais, o que ampliou consideravelmente a dificuldade no acesso aos alunos do curso.

Assim, buscou-se informar os discentes acerca das decisões que vinham sendo tomadas durante aquele período pela instituição, e principalmente ouvir suas demandas e angústias em relação a possibilidade de retomada das aulas de forma remota. Participaram da pesquisa o quantitativo de 211 (duzentos e onze) discentes, dentro de um universo de 267 (duzentos e sessenta e sete) estudantes matriculados no período letivo de 2019.2. Esse quantitativo representa aproximadamente 79% (setenta e nove por cento) dos discentes. Sendo esses ingressos nos períodos: 2019.2; 2019.1; 2018.2; 2018.1; 2017.2; 2017.1; 2016.2; 2016.1; 2015.2 e desmembrados, do curso de Licenciatura em Geografia oferecido pela UESB.

Para acessar os alunos, foram utilizadas as seguintes plataformas: E-mail, Instagram, WhatsApp, Redes Telefônicas e os formulários da plataforma G suíte, além da divulgação de cartilha em formato de vídeo e pdf.

Vislumbrando sistematizar e formalizar as demandas que vinham sendo recebidas pelo CAGeo promoveu-se uma parceria com os líderes de turma e o Colegiado de Geografia para recolher os dados necessários. As ações ocorreram durante o mês de julho de dois mil e vinte. Realizando a formulação e aplicação do questionário virtual (Ensino Remoto), a partir da plataforma Formulários do Google (*Google forms*), no intuito de coletar informações sobre as condições de acesso à internet e de participação dos discentes do curso de Licenciatura em Geografia da UESB, campus de Vitória da Conquista.

Vulnerabilidade Psicológica e Socioeconômica dos alunos.

⁶ Professora titular da UESB, vinculada ao Departamento de Geografia.
(<http://lattes.cnpq.br/5577457816253366>)

Objetivando conhecer a realidade dos discentes dentro e fora da universidade e assim mediar um diálogo com a instituição, foram feitas perguntas relacionadas a realidade estudantil: habilitação no PRAE (Programa de Assistência Estudantil), beneficiário do Mais Futuro e cadastro externo no SEI - Sistema Eletrônico de Informações. Em seguida, foram apresentadas perguntas sobre: localização da moradia, nível de habilidade com as plataformas digitais, a posse/usufruto de aparelhos eletrônicos; a condição de uso individual ou compartilhado dos aparelhos; a qualidade da internet utilizada pelo estudante e se ele considera suficiente para satisfazer as possíveis demandas do ensino remoto.

Em relação às perguntas "Você está habilitado no PRAE?" e "Você é beneficiário do Mais Futuro?", trata-se de questões estratégicas no sentido de compreender a quantidade de estudantes do curso que naquele momento eram reconhecidos pela universidade como em situação de vulnerabilidade social.

Vale ressaltar que esse reconhecimento, em sua totalidade, não consegue contemplar todos os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade, devido aos cortes de recursos direcionados a assistência estudantil, como exemplo: o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais – PNAEST, que assistia os estudantes egressos pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU. O PNAEST visava a “[...] assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais e de inclusão social que promova a garantia do pleno acesso, permanência e sucesso aos estudantes das universidades. [...]” (BRASIL, 2010), recurso que, porém, deixa de ser repassado para universidade em 2019. De acordo com o PRAE “O MEC não liberou o uso dos rendimentos do Convênio PNAEST 2014, que foi totalmente encerrado em setembro” (UESB, 2019). Ao não contar com esse recuso, a assistência estudantil sofre reduções e o orçamento universitário não consegue contemplar todos os discentes desassistidos, realidade que se agrava dado os constantes cortes orçamentários que o Governo do estado implementa nas Universidades Estaduais Baianas⁷. Não é apenas uma questão burocrática, é falta de recursos, onde um número crescente de discentes ficam desassistidos, mesmo que se enquadre em todos os critérios de vulnerabilidade social.

⁷ De acordo com a reportagem intitulada Governo reduz a fatia da receita da Bahia destinada às Universidades Estaduais, publicada no site da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ADUSB), em 20/03/2019, os cortes orçamentários nas IES Baianas chegavam a mais de 110 milhões entre os anos de 2017-2019.

Acerca da primeira pergunta, dos 211 (duzentos e onze) discentes que responderam ao formulário: 73% dos mesmos alegaram não ser habilitados ao PRAE; 26% dos discentes alegaram ser habilitados ao PRAE; e os 1% que assinalaram “Outros”, justificaram estar com dificuldades nos processos burocráticos.

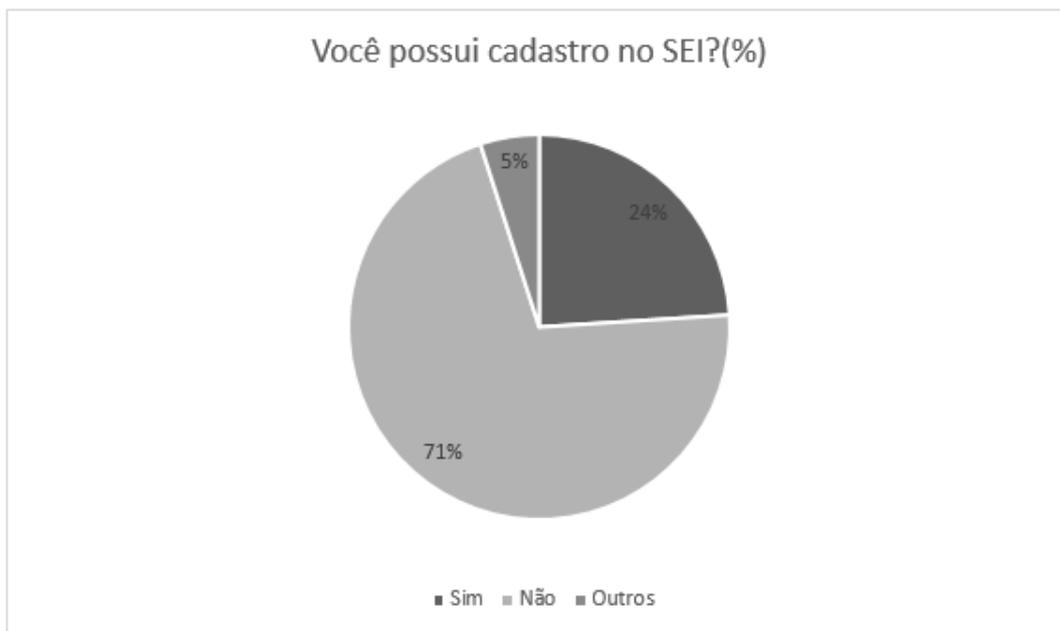
Dos 211 (duzentos e onze) discentes que responderam ao formulário: 58% alegaram não ser beneficiários do Mais Futuro; e 42%, serem beneficiários do programa de assistência criado e gerenciado pelo governo do estado baiano.

A partir da leitura desses dados observou-se uma quantidade considerável de alunos atendidos pela instituição e/ou pelo governo do estado. O que nos permite uma dualidade de interpretações: inicialmente nos demonstra um elevado número de alunos em situação de baixa renda. Mas nos permite interpretar que a universidade está ciente desses dados, portanto trabalhará para adaptar suas políticas de inclusão.

Durante o processo de articulação das estratégias de adaptação das políticas de inclusão na universidade, se originou o debate em torno dos chamados “auxílios”, visando garantir a participação dos discentes desassistidos no Ensino Remoto Emergencial. A instituição divulgou que para os alunos que precisassem de algum tipo de auxílio para garantia de sua participação no ERE, seria necessário realizar o cadastro na plataforma digital SEI-Bahia.

Esbarrou-se nessa contradição estabelecida pelas questões burocráticas institucionais. Até que ponto os alunos com dificuldades no acesso à internet teriam condições de realizar tal cadastro? O gráfico abaixo apresenta a porcentagem dos alunos do Curso de Licenciatura em Geografia que possuíam ou não cadastro no SEI-BA:

Gráfico 1 - Discentes entrevistados do Curso de Licenciatura em Geografia da UESB que possuem cadastro no SEI, 2020.



Fonte: Resultado dos formulários aplicados aos discentes do curso de Lic. em Geografia da UESB, 2020.
Elaborado por Joanna de Angelis, 2021.

A partir da análise do gráfico 1, é possível observar que uma pequena quantidade de alunos possuía tal cadastro, os discentes que marcaram a opção outros relataram dificuldades no processo de realização do mesmo.

Outra questão que estava sendo alvo de debates, está relacionada a localidade em que os alunos residiam, na medida em que os espaços rurais costumam ter maiores dificuldades no acesso à internet. As informações referentes ao local de moradia dos discentes entrevistados são apresentadas no gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 - Local de residência dos discentes do Curso de Geografia/UESB entrevistados, 2020.

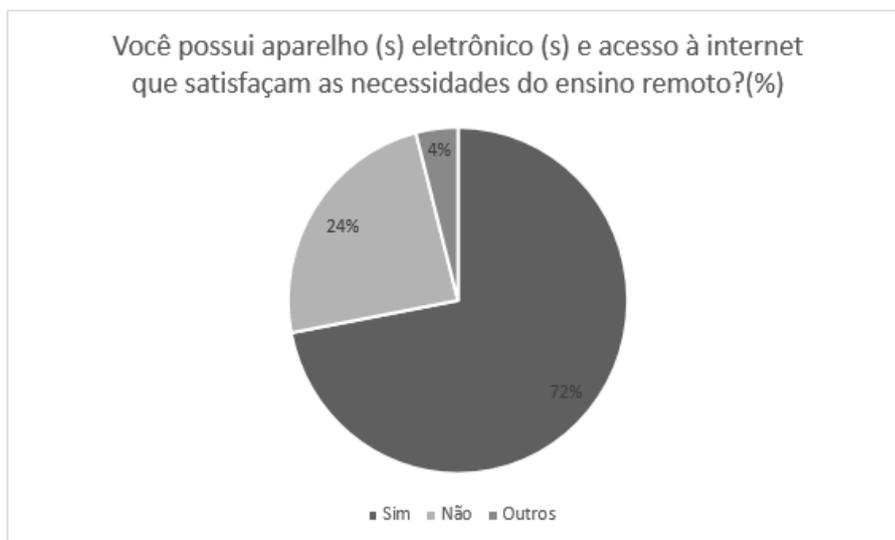


Fonte: Resultado dos formulários aplicados aos discentes do curso de Lic. em Geografia da UESB, 2020.

Elaborado por Joanna de Angelis, 2021.

Pode-se constatar, através da análise do gráfico 2, que dos 211 duzentos e onze discentes que responderam a essa questão, 17% apontaram residir na Zona Rural. É sabido que, para que os discentes pudessem participar das atividades que seriam desenvolvidas durante o Ensino Remoto Emergencial, as condições mínimas estavam relacionadas ao acesso à internet e a equipamentos. Por isso os estudantes foram questionados acerca de possuírem ou não equipamentos e acesso à internet de forma que pudessem satisfazer as necessidades do ERE, e caso possuíssem esses aparelhos se o uso era feito de forma individual ou compartilhada. As respostas estão apresentadas nos Gráficos 3 e 4 a seguir.

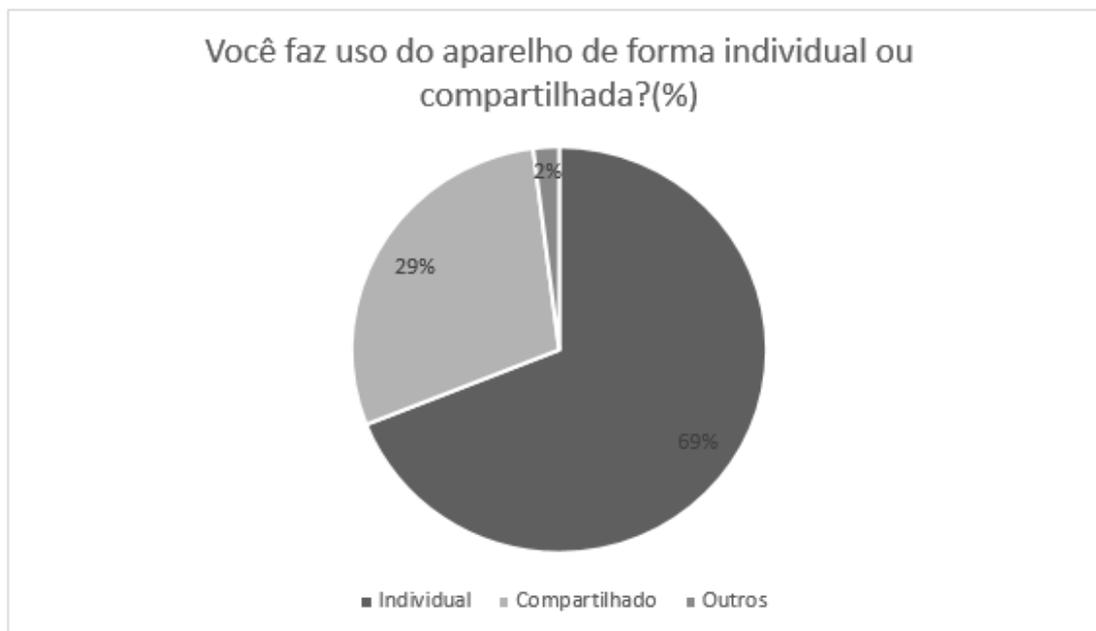
Gráfico 3 – Discentes que possuem aparelho eletrônico e acesso à internet no Curso de Geografia/UESB entrevistados, 2020.



Fonte: Resultado dos formulários aplicados aos discentes do curso de Lic. em Geografia da UESB, 2020.

Elaborado por Joanna de Angelis, 2021.

Gráfico 4 - Discentes que possuem aparelho eletrônico e usam de forma individual ou compartilhada no Curso de Geografia/UESB entrevistados, 2020.



Fonte: Resultado dos formulários aplicados aos docentes do curso de Lic. em Geografia da UESB, 2020.

Elaborado por Joanna de Angelis, 2021.

Baseando-se na análise dos gráficos, é possível constatar que a implementação do ERE emergencial na UESB, estaria cercada de desafios, na medida em que uma quantidade considerável de discentes possuíam dificuldades. Ainda considerando as declarações da existência desses equipamentos e o acesso a internet, não se consegue ter ao certo o entendimento das condições concretas de funcionamento desses

No entanto, a questão que ganhou destaque nas nossas problematizações, refere-se a pergunta deixada em aberto, onde os colegas foram orientados a discorrer acerca de suas inseguranças, dúvidas, reivindicações, colaborações e individualidades sobre o tema ERE.

Os relatos que demonstraram a insegurança dos discentes em relação a redução na qualidade do ensino, foram destaque nas considerações. Questionou-se a impossibilidade de uso dos laboratórios, a retirada das aulas de campo e a diminuição da carga horária síncrona e a impossibilidade de realização do estágio no espaço formal da escola. Tudo isso associado a uma possível redução da qualidade e do processo de ensino e aprendizagem.

Outro tópico que mereceu destaque esteve relacionado a empatia dos discentes, que demonstraram preocupação com os colegas que no período presencial apresentavam dificuldades com os veículos digitais e em especial para com os colegas que não teriam possibilidade de acesso. Estes relatos serviram de base para a atuação do movimento estudantil

que vinha trabalhando com a universidade para a implementação de um projeto de inclusão digital.

O dilema que parecia fugir das possibilidades de intervenção do movimento estudantil estava relacionado à realidade, sobretudo, das mulheres estudantes, que relataram as dificuldades postas pela divisão sexual do trabalho, quando tratamos das demandas que se multiplicaram com a impossibilidade de terem ajuda em casa e/ou com o fechamento das creches e escolas.

Os relatos de alunos ansiosos pela formatura foram os que apresentaram maior contradição. Em certo ponto os formandos relataram problemas associados a impossibilidade do estágio em formato remoto, além de relatarem as dificuldades relacionadas à construção da monografia, que exigiria pesquisas de campo e/ou uso dos laboratórios. O impedimento ao uso da biblioteca também foi citado. Contudo, mesmo com todas essas questões que foram postas, os alunos destacaram uma emergência ao retorno das atividades, dado objetivo de concluírem logo o curso. Exigência esta que está diretamente relacionada à realidade econômica-social em que estamos inseridos e a angustiante luta para ingressar no mercado de trabalho.

Na sociedade burguesa, submetida às leis de produção e troca de mercadorias, e dirigida por uma classe que funda seu poder sobre o papel diretor da burguesia frente a outras classes sociais, a prática educativa deu lugar pela primeira vez a um sistema nacional, aberto a princípio a todos os cidadãos e tendendo cada vez mais a tornar-se um instrumento regulador do mercado de trabalho. (MARINI, 1970)

Foi possível então, a partir do estudo dos dados e relatos apresentados nos formulários, nortear as estratégias que seriam escolhidas para auxiliar o corpo discente e dessa maneira reduzir os possíveis prejuízos do que seriam novas condições de estudo no ERE.

Os antagonismos estavam postos, a universidade caminhava aceleradamente para a inclusão do ensino remoto emergencial. As estratégias tomadas pelo movimento estudantil eram protagonizadas pela necessidade de alertar a instituição acerca dos alunos que precisavam ser atendidos. Além de amenizar os possíveis prejuízos no ensino e na aprendizagem.

Nesse sentido, foram elaboradas perguntas associadas a todas as disciplinas da grade curricular do curso que vinham sendo ministradas no Período Letivo 2019.2. Os alunos estabeleceram notas de 1 a 10 pontos considerando sua opinião a respeito do nível de possibilidade de que as disciplinas pudessem ser desenvolvidas durante o ensino remoto emergencial. A partir desse material foram produzidos relatórios exclusivos para cada área do curso de Licenciatura em Geografia da UESB.

Constatou-se que as disciplinas ligadas às áreas de Epistemologia, Geografia regional e Geografia Humana, foram mais aceitas na medida em que são tradicionalmente orientadas através de uma produção teórica voltada para leituras e produções textuais. Em contraponto as disciplinas Ligadas à Geologia, à Geografia Física e à Cartografia tiveram notas mais baixas por serem tradicionalmente desenvolvidas com uso dos laboratórios da universidade e através das aulas de campo postas até o momento como fundamentais para produção da ciência geográfica.

Ao se tratar das disciplinas voltadas ao estágio o debate se aprofunda em um dilema, ao mesmo tempo que os alunos reconheciam a inconsistência em desenvolver estágio em um período de escolas fechadas, o anseio pela formatura os levavam a cobrar novas possibilidades acerca do desenvolvimento dessas atividades em formato remoto.

Diante do debate em torno das disciplinas voltadas para pesquisa, tema que vêm sendo fruto de importantes discussões neste contexto pandêmico, os alunos fizeram abordagens bastante pertinentes, ao exporem a impossibilidade de acesso a documentos ainda não disponíveis em plataformas digitais, ao abordarem a impossibilidade de acesso à biblioteca da instituição e a ausência de se realizar pesquisas em campo.

Paralelo a isso, a universidade, em seus espaços de debate e de deliberação, estabelecia discussões protagonizadas pelo termo Flexibilização que pode ser compreendido de forma ambígua, pois ao mesmo tempo que é interpretado no sentido de criar meios e de auxiliar, pode ser, também, entendida como facilitação, como uma redução das exigências que sempre foram pressupostas como garantia da qualidade do ensino desenvolvido pela instituição.

Considerações finais

Compreendemos que a educação pública sofre desmonte e ataques constantemente, não sendo inclusiva desde antes do período pandêmico. Inicialmente, o CAGEo foi contra a implementação do ensino remoto emergencial devido a compreensão de que “A legitimidade do semestre nos moldes do Ensino Remoto coloca em risco a existência da Universidade Pública, gratuita, de qualidade e presencial, servindo como ponte para o Future-se.”. (CEBEGEO, 2020)⁸. O argumento central adotado era o de que todos os estudantes têm direito

⁸ Nota publicada pela Coordenação Executiva Baiana dos Estudantes de Geografia – CEBEGEO, no ano de 2020 foi socializada com os discentes por meio das redes sócias. Intitulada “Nota Política sobre o Ensino Remoto”

a educação de qualidade. Pensando na comunidade discente que seria impossibilitada de permanecer na universidade devido ao ERE e na qualidade do ensino, o ME inicialmente tentou esse diálogo. Mas com a aprovação do retorno as atividades, só foi possível buscar os mecanismos de inclusão, com a finalidade de garantir as condições mínimas para a participação dos discentes que se encontravam em situação de vulnerabilidade.

“É nos lugares onde se realiza aquilo que concebemos por escola que o movimento estudantil se realiza” (ANTUNES; NETO, 2008). O movimento estudantil ao se mobilizar e produzir os relatórios, consegue apresentar a comunidade acadêmica os resultados que engloba um universo maior de discentes, evidenciando a necessidade de equipamentos, internet e assistência psicológica. Com esses resultados fomenta-se o debate de inclusão, assim são formadas comissões no CONSEPE em pró da criação de auxílios de inclusão digital, auxílio psicológico e auxílio equipamento.

Foi de fundamental importância o relatório produzido pelo Centro Acadêmico de Geografia, pois ao ser apresentado as reuniões de Departamento e Colegiado alguns professores se atentaram mais as condições concretas dos discentes e apoiaram as reivindicações, por um processo mais inclusivo, visando o direito de todos à educação.

Certamente que o Ensino Remoto não se iniciou sem problemas na UESB e as queixas vão desde as dificuldades e o cansaço para se adaptar ao ambiente virtual, até a precariedade dos equipamentos que se possui, além do acesso e da qualidade da internet que se tem; mas, certamente, sem a atuação do ME e do CAGeo esses prejuízos poderiam ser ainda maiores, pois, ao menos, os discentes foram ouvidos e houve a pressão para que se criasse editais que atendessem suas especificidades. Embora esses editais não tenham contemplado o universo total dos discentes, ou menos permitiu que parte deles obtivessem as condições mínimas para se manter nos seus cursos virtualmente. Mas, certamente, houve exclusão e essa acaba por recair em discentes com as situações socioeconômicas mais difíceis, o que nos leva a defender que o discurso da democratização da tecnologia e dos ambientes virtuais para educação não passa de falácia, onde essas tecnologias se colocam como mais uma mercadoria, no universo das mercadorias que compõe a forma de sociabilidade vigente, que em sua essência é desigual e contraditória.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (ADUSB). **Governo reduz a fatia da receita da Bahia destinada às Universidades**

Estaduais. 20/03/2019, Disponível em:

http://adusb.org.br/web/page?slug=news&id=9762&pslug=#.YF_YKa9KjIU

ANTUNES, C. F. ; SOUSA NETO, M. F. . **Os Estudantes, a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e Movimento de Renovação da Geografia Crítica da Geografia Brasileira.** Boletim Paulista de Geografia, v. 88, p. 73-88, 2008.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 95, De 15 de Dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 22 de março de 2021.

BRASIL. **Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais – PNAEST. 2010. Disponível em:

http://www.uel.br/prograd/eventos/enem/documentos/portaria_mec_25_28.12.2010.pdf
Acesso em: 22 de março de 2021.

JAMOUNT, J. H. S. Os movimentos estudantis na América Latina [Ruy Mauro Marini].

Cadernos Cemarx, Campinas, SP, n. 9, p. 89–104, 2017. DOI: 10.20396/cemarx.v0i9.10913.

Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10913>.

Acesso em: 25 de março de 2021.

MARINI, Ruy Mauro e SPELLER, Paulo (1977). **A universidade brasileira.** IN: Revista de Educación Superior, nº 22, México, Abril-Junho. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/053_universidade_brasileira.pdf Acesso 25 de março de 2021.

UESB. **Circular PROGRAD nº 019/2020.** Vitória da Conquista, 2020. Disponível em:

<http://www.uesb.br/wp-content/uploads/2020/06/Question%C3%A1rio-diagn%C3%B3stico-de-acesso-%C3%A0-tecnologia.pdf> Acesso em: 22 de março de 2021.

UESB. **Informes Da Assessoria Especial De Acesso, Permanência E Ações Afirmativas (Aapa).** Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: <http://www2.uesb.br/prae/?p=1683>.

Acesso em: 22 de março de 2021.

UESB. **Resolução CONSEPE Nº 22/2020.** Vitória da Conquista, 2020. Disponível em:

<http://www2.uesb.br/transparencia/uploads/consepe/22-2020-097918700-1600167954.pdf>
Acesso em: 22 de março de 2021.

UESB. **Resolução CONSU N° 03/2020**. Vitória da Conquista, 2020. Disponível em:
<http://www.uesb.br/wp-content/uploads/2020/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Consu-03-2020-Medidas-Preventivas-Corona-v%C3%ADrus.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2021.

Sobre as autoras:

Joanna De Angelis Andrade Santos

Licencianda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC- CNPq, e-mail: 201810888@uesb.edu.br

Horrana Quetile Santos Pinto

Licencianda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC - FAPESB, e-mail: hana.quetile@gmail.com

Suzane Tosta Souza

Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Doutora em Geografia Humana/UFS; suzane.tosta@uesb.edu.br